

ARTIGOS

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA GEOGRÁFICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA *

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL QUESTIONS OF THE GEOGRAPHICAL RESEARCH IN THE LAND REFORM RESETTLEMENTS

*Bernardo Mançano FERNANDES***

RESUMO: Este artigo discute questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária, com o objetivo de contribuir com os pesquisadores interessados sobre o tema. Neste sentido, traz uma reflexão sobre o debate atual da crise recente da geografia brasileira e, no interior desse debate, analisa alguns trabalhos de Geografia Agrária. Traz uma compilação sobre os trabalhos de Geografia Agrária, apresentados em 1994 nos principais eventos da geografia brasileira e sugere alguns conjuntos temáticos de interesse para a pesquisa geográfica.

* Trabalho apresentado na disciplina Processos Sociais Agrários - A Construção dos Objetos Sociológicos Alternativos, ministrada pelo Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, no Curso de Pós - Graduação do Depto. de Sociologia da FFLCH-USP. São Paulo, 1995.

** Professor assistente no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP - Campus de Presidente Prudente - SP.

Bernardo Maçano Fernandes

Palavras-Chaves: Geografia Agrária; Assentamentos; Reforma Agrária

ABSTRACT: This article discusses theoretical and methodological questions of the geographical research in the resettlements of land reform. The objective is to contribute with researches about the theme. In this sense, to bring one reflection about the actual discussion from recent crisis of the brazilian geography and, inside of that discussion, to analyse some works from Agrarian Geography. To bring one compilation about Agrarian Geography production, showed at 1994 most principal brazilian geography events and to suggest some whole thematic from interest to the geographical research.

Keywords: Agrarian Geography; Resettlements; Land Reform

1. Introdução

A luta pela reforma agrária apareceu no cenário político brasileiro quando os trabalhadores rurais trouxeram para o primeiro plano a luta pela terra. No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil estas lutas renasceram, nas últimas décadas, irrompendo na realidade com a construção de novas formas de organização social no campo das *conflitualidades*¹, e se desenvolveram

¹ TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Conflitualidades e Violência na Sociedade Brasileira*. Trabalho apresentado na mesa redonda: Violência no Campo - Cidadania Dilacerada na Sociedade Brasileira, durante o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Julho de 1994a. Curitiba-PR. (Inédito).

nos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra². As transformações recentes da agricultura aguçaram os problemas sociais e econômicos no campo e na cidade, postergando uma possível solução para a vida de milhões de famílias trabalhadoras.

Na questão agrária dos anos 90 permanecem os mesmos problemas históricos: a intensificação do aumento da concentração da propriedade da terra e por conseguinte a impossibilidade de acesso à terra pelos camponeses; as diversas trajetórias de milhões de migrantes em busca de um lugar no território brasileiro, ou até mesmo fora dele; os privilégios do empresariado que, através da política de desenvolvimento agropecuário, se apropriam da quase totalidade dos financiamentos agrícolas; a expansão do assalariamento e da exploração dos trabalhadores; as relações desiguais que subordinam o trabalho familiar camponês às grandes empresas agro-industriais; as diferentes formas de violência contra os movimentos organizados que resistem, lutando pela cidadania; a não existência de uma política agrícola para os pequenos produtores; a não existência de uma política de reforma agrária após a fracassada experiência de realização do Projeto Nacional de Reforma Agrária etc.

Nos processos de transformação do espaço geográfico, se desenvolvem estas questões que são partes das desigualdades e contradições do modo capitalista de produção. Para tentar compreender a questão agrária dos anos 90 é preciso considerar uma das marcas das transformações recentes da agricultura, que é o processo de *territorialização do capital* monopolista, através da expansão da agroindústria,

² FERNANDES, B. M. *Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 1994a.

Bernardo Mançano Fernandes

por exemplo. Outro processo importante é o da *monopolização do território* pelo capital monopolista, em que se desenvolvem relações desiguais entre capitalistas e camponeses.³

Considerando o crescimento populacional, o modelo de desenvolvimento implantado nas três últimas décadas e a persistência das questões não superadas, antes intensificadas que, numa análise economicista, tem recebido o rótulo de modernização, as lutas sociais por terra vêm crescendo. Na luta pela recusa a proletarização e ao modelo de desenvolvimento econômico agropecuário, posseiros e trabalhadores sem terra resistem migrando constantemente ou se organizando e ocupando terra, desenvolvendo assim os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

No campo das contradições, muitas vezes, os capitalistas se utilizam da relação de trabalho familiar, para não investir na contratação do trabalho assalariado se apropriando, dessa forma, de uma maior parte da riqueza produzida pelo trabalho das famílias camponesas (meeiros, parceiros, rendeiros, posseiros, proprietários etc). A recusa e resistência dos trabalhadores ao assalariamento e o interesse capitalista em subordinar o trabalho familiar faz com que aconteça a expansão das relações de produção e de trabalho camponesas e o crescimento dos movimentos sociais no campo com as contínuas ocupações de terra⁴. Essa realidade coloca em questão as correntes teóricas que consideram que a lógica da dominação capitalista levaria ao desaparecimento dos camponeses, pois estes seriam transformados em proletários. Não é nosso objetivo, aqui, nos prendermos a esse debate. Esta é uma das questões que certamente continuará sendo

³ OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

⁴ OLIVEIRA, A. U. 1991. op. cit; Fernandes, B. M. 1994a. op. cit.

estudada, defendida e renegada pelos cientistas dos paradigmas do desenvolvimento do capitalismo no campo. Todavia, queremos registrar nossa concordância com a conclusão de Jacques Chonchol, em sua contribuição histórica sobre o desenvolvimento da agricultura na América Latina:

“Finalmente, podría afirmarse incluso que la combinación de un fuerte crecimiento demográfico y de la incapacidad del sistema industrial urbano para absorber todos os excedentes de mano de obra que crea la modernización capitalista en el campo, está em vías de recrear una economía campesina como refugio para millones de habitantes rurales que el contexto estructural de la modernización impide que se proletaricem completamente”.⁵

Nesses processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo ocorrem, simultaneamente, os crescimentos do trabalho familiar, do trabalho assalariado e também das lutas sociais contra o atual modelo de desenvolvimento econômico da agricultura, colocando assim *a importância da pesquisa sobre a questão agrária e a atualidade da necessidade da reforma agrária*. Esse é o tema central tratado neste trabalho de reflexão que ora nos propomos.

Essa questão se coloca como necessidade de se compreender essa *nova realidade* construída pelos recentes conflitos entre trabalhadores, Estado e latifundiários que acontecem no país inteiro. No começo da década de setenta o Estado iniciou os projetos de colonização na Amazônia. Conforme Tavares dos Santos: “a colonização foi imposta para retirar do campo dos possíveis a execução de uma pre-

⁵ CHONCHOL, J. *Sistemas Agrários en América Latina - De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Fondo de Cultura Económica, Santiago, 1994, p. 419.

Bernardo Mançano Fernandes

mente reforma agrária”⁶. Devido a um conjunto de motivos⁷, grande parte das famílias de colonos do Sul que migraram para a Amazônia em busca de novas terras retornaram para a sua região de origem. No final da década de setenta surgiram diversos movimentos sociais em várias frentes de luta pela terra: são as lutas dos atingidos por barragens, as lutas dos posseiros contra a grilagem, as lutas dos trabalhadores assalariados e dos sem terra, entre estes o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Contudo, as novas forças políticas que participaram desses processos não conseguiram atingir “a aliança entre capital e propriedade da terra”⁸, de forma que em meados da década de oitenta, a desigual relação de forças políticas em confronto determinasse a inviabilização do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Esses conflitos têm levado ao aumento das ocupações de terra e, conseqüentemente, ao crescimento do número de assentamentos rurais⁹. Essa realidade tem colocado novos problemas aos estudiosos da questão agrária, despertando um maior interesse de alguns pesquisadores e estudantes das diversas áreas do conhecimento, entre estas a Geografia, em estudar os assentamentos de reforma agrária. Essas questões e os nossos compromissos como cidadãos e como pesquisadores têm nos desafiado a procurar entender a questão agrária brasileira e os processos de transformação do espaço geográfico. De acordo com Oli-

⁶ TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos - Exclusão e Luta. Vozes*. Petrópolis, 1993, p. 62.

⁷ Ver TAVARES DOS SANTOS, op. cit. p. 179 e ss.

⁸ Ver MARTINS, J. S. *O Poder do Atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta*. Editora Hucitec. São Paulo, 1994, p. 80 e ss.

⁹ Segundo dados do INCRA e MST até outubro de 1994, estavam cadastrados 1.123 assentamentos com 139.223 famílias, ocupando uma área de 7. 253, 594 hectares. Ver quadro 2 na página 22.

veira: "A nós geógrafos cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra..."¹⁰

Considerando a inexistência, em Geografia Agrária, de um texto sobre as questões teórico-metodológicas da pesquisa em assentamentos de reforma agrária, pretendemos, então, contribuir com os estudantes de graduação e pós-graduação em Geografia, que realizam pesquisas (monografia de bacharelado ou dissertação de mestrado) interessados em estudar as diferentes realidades dos assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, na segunda parte desse trabalho, procuramos desenvolver o tema apresentado no contexto dos processos sociais e históricos, a partir das questões teórico-metodológicas da pesquisa, em uma breve reflexão do debate atual da crise recente da Geografia brasileira. No interior desse debate intentamos numa leitura sobre alguns trabalhos de Geografia Agrária, com o objetivo de termos como ponto de partida as questões teóricas. Não porque acreditamos que a teoria venha antes da prática, mas sim porque na elaboração de um projeto de pesquisa, é fundamental a existência de um plano, e planejar é pensar antes de fazer. Dessa forma, fizemos uma compilação sobre os trabalhos de Geografia Agrária, apresentados em 1994, nos principais eventos da Geografia Brasileira e os organizamos por eixos temáticos para termos uma noção da participação de cada eixo na totalidade dos trabalhos realizados.

Na terceira parte analisamos os processos sociais agrários com o objetivo de propor questões para o estudo de assentamentos de reforma agrária, e apresentamos alguns conjuntos temáticos de interes-

¹⁰ OLIVEIRA, A. U. 1991. op. cit. p. 14.

Bernardo Maçano Fernandes

se para a pesquisa geográfica. Nessa parte colocamos como desafio maior a proposição da interdisciplinaridade, onde refletimos sobre a perspectivas que o tema em questão nos permite. Por fim, no próprio corpo desse trabalho citamos e indicamos vários trabalhos sobre o tema em questão, como referências, para os que se propuserem viver a aventura da pesquisa.

Desde já, é importante frisar nossos objetivos na produção desse texto. Em primeiro lugar não temos a pretensão de dar conta de todas as questões apresentadas, mas sim de praticar a reflexão sobre o tema proposto, para podermos contribuir com o seu desenvolvimento. Em segundo lugar pretendemos, apenas, esboçar uma proposta de trabalho para os interessados em procurar conhecer as novas experiências, construídas pelas famílias em luta pela dignidade e pelo direito de serem sujeitos de sua própria história. Entendemos que esses estudos são de grande contribuição para a compreensão dos processos de produção do espaço geográfico e, em particular, para a Geografia Agrária.

Todas essas preocupações com relação ao tema e às questões são devidas a seriedade com que consideramos a questão agrária, pois como afirmou Martins: “Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”.¹¹

¹¹ MARTINS, J. S. 1994. op. cit. p. 12-13.

2. BREVE REFLEXÃO SOBRE O DEBATE ATUAL DA CRISE RECENTE DA GEOGRAFIA

A segunda metade da década de setenta foi um momento muito rico em acontecimentos, com a emergência de processos sociais, que mudaram a história desse país. A luta da sociedade brasileira contra a ditadura militar foi a principal marca desse momento histórico. Nesse período, no campo, em diversos estados, aconteceram numerosos conflitos por terra que deram origem a novos e diferentes movimentos sociais, entre estes, o MST. Na cidade, surgiram vários movimentos sociais reivindicando os direitos básicos da cidadania. A luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que irromperam no processo de democratização do país.

Essa realidade era parte da, então, ordem mundial marcada pela guerra fria, pelo capitalismo imperialista, pela expansão do “socialismo”, pelas desigualdades regionais e pelos problemas ambientais produzidos pela sociedade moderna.

Nesse momento de rupturas e desafios históricos os geógrafos brasileiros, de diferentes correntes teóricas, promoviam o debate da mais recente crise da Geografia, sendo que uma das correntes tinha como preocupação central a perspectiva de construção de novos rumos, com o objetivo de superar os impasses gerados por um século do domínio das correntes historicistas, positivistas e neopositivistas nos seus mais diversos cortes, variantes e tendências.

Essa preocupação partia dos geógrafos da corrente teórica emergente, naquele momento, denominada Geografia Nova ou Geografia Crítica. A crítica que estes faziam aos seus colegas, tinha como argu-

Bernardo Maçano Fernandes

mentos principais o fato de que os seus fundamentos filosóficos não contribuíram para a compreensão e explicação das transformações contemporâneas do espaço geográfico e o fato do atrelamento destes com o Estado Autoritário.

O início do debate da crise recente aconteceu nos anos sessenta e vem se desenvolvendo até hoje. Um dos principais espaços para o debate e o embate de idéias sobre a crise da Geografia têm sido os Encontros Nacionais de Geógrafos, realizados pela AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros. O 1º Encontro Nacional de Geógrafos realizado em 1972, na cidade de Presidente Prudente, foi marcado pelas acusações que se fizeram os “quantitativistas” e os “tradicionalistas”¹². Esse embate, sobre as questões metodológicas entre estas correntes, acabaria por se tornar a discussão central da crise recente da Geografia, desviando dessa forma a questão principal que era/é o debate filosófico sobre as questões epistemológicas¹³. Entrementes, os geógrafos de melhor formação filosófica, que na época representavam uma minoria, iniciavam seus questionamentos sobre os fundamentos filosóficos originários da crise recente da Geografia.

¹² Referência aos geógrafos filiados as correntes positivistas e neopositivistas. MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*. Instituto de Geografia da USP. São Paulo, 1980, p. 31.

¹³ Ver LACOSTE, Y. *A Geografia*. In CHÂTELET, F. *A Filosofia das Ciências Sociais*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1974. p. 221-74; GONÇALVES, C.W. P. *A Geografia está em Crise. Viva a Geografia!*. In *Boletim Paulista de Geografia* nº 55, p. 5-29. AGB - São Paulo, 1978. Publicado também em: *Geografia: Teoria e Crítica* (MOREIRA, R. - Org.), p. 93-113. Vozes, Petrópolis, 1982; OLIVEIRA, A. U. *Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura*. In *Caderno do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. IGCE/UNESP. Rio Claro, 1994a. p. 24-51; COSTA, R. H. *Filosofia, Geografia e a Crise da Modernidade*. In *Revista Terra Livre* nº 7. AGB - Nacional. São Paulo, 1990. p. 63-92.

Alguns estudos sobre esse debate histórico, que vieram a se realizar a partir do final da década de setenta, limitaram-se à análise do embate entre as correntes positivistas e neopositivistas, nas então denominadas “Geografia Tradicional” (resumida no contexto do pensamento positivista) e “Geografia Pragmática” (esta última com suas variações: “Geografia Sistêmica”, “Nova Geografia” ou “Geografia Quantitativa” ou “Geografia Teórica”).

Essa análise dualista, feita no campo fértil da realidade histórica, contribuiu para a “geografização” da discussão sobre a questão binária: determinismo/possibilismo. Suprimiu-se, assim, o debate filosófico sobre as raízes do pensamento geográfico contemporâneo, direcionando a discussão para o campo dicotômico da relação sociedade/natureza. A concepção produzida por essa análise neo-historicista resumiu, então, toda a complexidade do debate em dois rótulos: “Geografia Tradicional” e “Geografia Pragmática”.¹⁴

Dessa forma, essa concepção se limita a entender a origem da Geografia exclusivamente ao pensamento positivista. Essa análise não revela a raiz historicista e exclui a raiz dialética da história da Geografia Moderna, desconsiderando o debate entre idealismo e materialismo nas Ciências Humanas.¹⁵

¹⁴ Ver, entre outros, por exemplo, MORAES, A. C. R. Geografia - Pequena História Crítica. Hucitec. São Paulo, 1981; MORAES, A. C. R. A Gênese da Geografia Moderna. Hucitec-Edusp. São Paulo, 1989; PEREIRA, R. M. F. A. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

¹⁵ Ver OLIVEIRA, A. U. 1994a. p. 24-51; Ensino de Geografia: horizontes no final do século. In Boletim Paulista de Geografia nº 72. AGB-São Paulo, 1994b. p.p. 3-27; Trajetórias e Compromissos da Geografia Brasileira. Palestra apresentada na Mesa Redonda de Abertura do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos da AGB, realizado em Curitiba-PR, em julho de 1994c. (Inédito).

Bernardo Mançano Fernandes

Desse ponto de observação a “Geografia Tradicional” representada pelos “geógrafos tradicionalistas” tem como fundamentação filosófica o positivismo. A partir do trabalho empírico-descritivo estudava a paisagem, “ignorando” a realidade. Com base nas observações e em pressupostos historicistas chegavam a conclusões positivas. Presos a uma concepção idealista, privilegiavam o objeto, simbolizando-o através de estudos de diferentes lugares, organizando as partes que comporiam o todo.

A Nova Geografia tem como fundamentação filosófica o neopositivismo, analisando uma realidade construída a partir de pressupostos lógicos dos modelos matemático-estatísticos. Presa a uma concepção ideal, previamente estruturada da realidade objetiva, privilegia o método e sacrifica o objeto na sua essência, descaracterizando a realidade.

Essa leitura da crise da Geografia foi se tornando comum. Embora, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos realizado em 1978, na cidade de Fortaleza (que é a referência principal do debate, nesse processo de reconstrução da Geografia¹⁶), tivéssemos diferentes leituras, sobre a crise da Geografia. Dois trabalhos teórico-metodológi-

¹⁶ Sobre esse processo, ver os seguintes textos clássicos: ANDRADE, M. C. - O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. In *Boletim Paulista de Geografia* nº 54, p. 5-28. AGB - Seção São Paulo, 1977; MONTEIRO, C. A. F. - op. cit; GONÇALVES, C. W. P. 1978. op. cit.; VALVERDE, O. Evolução da Geografia Brasileira no pós-guerra (Carta de Orlando a Orlando). In *Boletim Paulista de Geografia* nº 60. AGB - São Paulo, 1984. p. 5-20; SILVA, A. C. - A Renovação Geográfica no Brasil - 1976/1983 (As Geografias Crítica e Radical em uma Perspectiva Teórica. In *Boletim Paulista de Geografia* nº 60, p.73-140. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo, 1984; SANTOS, M. Novos Rumos da Geografia Brasileira. In *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, p. 209-19. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

cos importantes, apresentados nesse encontro, são os de Gonçalves¹⁷ e Monteiro¹⁸. O primeiro com o sugestivo título “A Geografia está em crise. Viva a Geografia!” alertava para os problemas inerentes a visão historicista, que na sua tradição evolucionista não contribui com a compreensão das crises do pensamento Geográfico, e, colocava uma questão de profunda importância para os que se propunham a compreender o processo vivido naquele momento:

“Se não percebermos a natureza da crise que ora atravessamos, produziremos uma nova “visão” que correrá o risco de exercer uma nova hegemonia não pelos problemas que efetivamente coloca, mas porque simplesmente será nova e produzirá novos modismos e novos papas muito bem instalados nos altares das academias e instituições oficiais”.¹⁹

O segundo trabalho apresentava uma avaliação e as tendências a partir da história da Geografia brasileira, desde a implantação do primeiro curso de Geografia no Brasil (1934) até aquele momento, tendo como preocupação central a reflexão filosófica sobre crise e as perspectivas possíveis, além da crítica a “New Geography” e a “Geografia Tradicional”. Estes dois textos são um marco do desenvolvimento desse debate. No calor da hora, as críticas dos geógrafos comprometidos em entender as transformações sociais em movimento, foram ferrenhas. Um exemplo dos acontecimentos desse momento histórico da Geografia brasileira foi escrito, por Orlando Valverde, na Carta Aberta de Orlando a Orlando:

“Tomei parte, meu caro ORLANDO, na agitada Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1978,

¹⁷ GONÇALVES, C. W. P. 1978. op. cit.

¹⁸ MONTEIRO, C. A. F. 1980. op. cit.

¹⁹ GONÇALVES, C. W. P. 1978. op. cit.

Bernardo Maçano Fernandes

em Fortaleza. O debate público, em torno de um fundamentado documento metodológico, elaborado por CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO, ante a uma platéia de 1.500 geógrafos e estudantes, marcou as exéquias da "Geografia Quantitativa" no Brasil. Com ela foi também sepultada a "New Geography", cujos seguidores acompanharam os "modelos" de Friedman e similares. Este grupo nem era de geógrafos, mas de economistas. O papel do geógrafo, ao aplicar os princípios destes, era o de colocar uma "camisa de força" na geografia de uma região, para enquadrá-la em tal ou qual modelo. E daí?²⁰

A questão da ineficácia da produção dos geógrafos "quantitativistas" em explicar a realidade, é inerente aos seus modelos teóricos. De caráter normativo, se limitam apenas à dedução da realidade a partir de uma situação ideal. Daí a sua incapacidade de apresentar qualquer explicação sobre as transformações da realidade²¹.

A partir desse momento de crise e de tentativa de superação da crise, geógrafos de diferentes vertentes da Geografia Nova ou Crítica, produziram suas análises sobre o que representou e representa a influência da New Geography na Geografia brasileira. Duas críticas contundentes foram feitas por Andrade e Santos:

"Os neopositivistas, convencidos da existência de uma evolução linear e uniforme do conhecimento científico, deram mais importância aos métodos que aos fins e partiram, seguin-

²⁰ VALVERDE, O. 1984. op. cit. p. 15.

²¹ ABREU, M. A. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação - Contribuição à história do Pensamento Geográfico Brasileiro. In Carlos, A. F. A. (org.) - Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano. Edusp. São Paulo, 1994. p. 244-279.

do o exemplo de economistas e, até certo ponto, de sociólogos, para uma aplicação geral e indiscriminada dos métodos matemático-estatísticos e dos computadores; simplificavam os objetivos utilizando dados estatísticos, muitas vezes carentes de credibilidade, e encaravam um país de dimensões continentais e com grande diversidade de níveis de desenvolvimento, como uma unidade. Posição útil ao planejamento sem preocupações ecológicas e sociais. Daí o apoio que receberam de órgãos governamentais, num período em que um regime autoritário procurava desenvolver a produção e as relações capitalistas sem a menor preocupação com a qualidade de vida da população.”²²

“Mesmo assim, as correntes de pensamento consagradas nas chamadas “New Geography” e alicerçadas em técnicas dentre as quais o quantitativismo, perderam sua voga, graças à sua completa inadequação para ultrapassar a simples descrição, ainda que complicada pela magia das fórmulas num mundo açoitado por uma grande crise, e que busca compreender de forma menos simplória as graves e complexas questões com que se defronta.”²³

De meados da década de sessenta até o meados da década de oitenta, a tendência neoclássica denominada “Geografia Teorética” produzida pelos “quantitativistas”, esteve a serviço dos interesses do governo militar. Presentes nos órgãos oficiais de financiamento de pesquisa, censuravam os projetos que não contemplassem os seus objetivos. O preço dessa postura autocrata foi pago pela própria Geografia, representado, em muitos casos, pelo baixo nível dos projetos

²² ANDRADE, M. C., 1989. op. cit. p. 7-8.

²³ SANTOS, M. Novos Rumos da Geografia Brasileira. In *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. Editora Hucitec. São Paulo, 1982. p. 211.

Bernardo Mançano Fernandes

de pesquisa realizados. Esse custo ainda é pago até hoje pela sociedade, quando os professores ensinam uma Geografia de um país e de um mundo que não existem²⁴.

Posto em questão o que esse momento representou para a Geografia brasileira, é preciso fazer uma rápida reflexão sobre o momento atual do debate entre os “críticos”. Os fundamentos filosóficos da Geografia Crítica estão alicerçados historicamente na lógica dialética, tendo como referência da raiz dessa corrente os trabalhos de geógrafos anarquistas²⁵ do final do século XIX e início do século XX. Contudo, essa corrente foi marginalizada e estes geógrafos foram “exilados” da produção geográfica pela corporação da Geografia Moderna (hoje denominada Geografia Tradicional²⁶) até recentemente.

Durante a década de 40, a dialética é retomada por um grupo de geógrafos franceses, entre eles Yves Lacoste que na década de setenta publicou sua obra mais representativa no processo de renovação da Geografia brasileira: *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*²⁷. Nesse ponto é necessário lembrar de um geógrafo brasileiro que, também, caminhou à margem da produção geográfica brasileira – o “renegado” Josué de Castro²⁸, cujos trabalhos

²⁴ SANTOS, M. 1982, op. cit.

²⁵ Ver ANDRADE, M. C. *Elisée Reclus*. Editora Ática. São Paulo, 1985; e VESENTINI, J. W. Piotr Kropotkin. *Seleção de Textos nº 13*. AGB. São Paulo, s.d.

²⁶ Ver estudos citados na nota 14.

²⁷ LACOSTE, Y. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

²⁸ CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Antares. Rio de Janeiro, 1984 - 10 ed.; *Geopolítica da Fome*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955 - 3. ed.

são muito pouco ou quase nada estudados na Geografia brasileira. Andrade chegou a compará-lo com Elisée Reclus²⁹.

Como lição da história, sem dúvida, a crise recente da Geografia brasileira também contribuiu para com a sua própria superação. O embate entre “quantitativistas”, “tradicionalistas” e “críticos” proporcionou a existência de um espaço interativo para o debate teórico entre os geógrafos, o que resultou em diferentes propostas teóricas, que refazem-se a cada dia numa diversidade de “geografias críticas”³⁰. Essa realidade tem a Geografia Crítica como a corrente teórica mais expressiva hoje no Brasil.

Assim, essa corrente teórica re-emerge em um turbilhão e seus ventos sopram em todas as direções. Hoje as questões filosóficas tem conquistado mais espaço no debate entre os críticos, retomando dessa forma o caminho necessário para o avanço do processo de construção do pensamento geográfico.

Nesses anos, no transcorrer do debate recuperou-se a importante discussão entre idealismo e materialismo no processo de construção do pensamento geográfico, principalmente, pela difusão de várias vertentes teóricas que se formaram sob o signo do materialismo dialético, devido a aproximação destas ao pensamento marxista. Surgiram assim os neo-críticos³¹ em suas mais variadas nuances: “dogmáticos”, “hortodoxos”, “mecanicistas”, “vulgares”, “empiristas”, “racionalistas”, “subjetivistas”, “objetivistas” etc. No campo do idealismo ocorreu o avanço da fenomenologia com inúmeras pesqui-

²⁹ ANDRADE, M. C. Geografia - Ciência da Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. p. 86.

³⁰ ABREU, M. A. 1994. op. cit.

³¹ Ver OLIVEIRA, A. U. 1994a. p. 10.

Bernardo Mançano Fernandes

sas em Geografia da Percepção. Outra vertente que vem crescendo na Geografia é a neo-historicista, responsável pela atual concepção dualista da história do pensamento geográfico.

Essa nova realidade gerou uma nova crise, agora entre os críticos e estes com os positivistas. Conforme Oliveira:

“O momento atual vivido pela geografia é, portanto, um momento de embate teórico-metodológico e prático realizado em múltiplas frentes. Num plano do debate temos a corrente positivista acusando a corrente crítica de ter acabado com a geografia física. A corrente crítica acusando a positivista de comprometimento ideológico com o sistema. A corrente fenomenológica acusando a dialética de viver dogmaticamente o economicismo. Os dialéticos criticando os fenomenólogos de estarem criando uma geografia baseada na percepção individualista e alienada do espaço.

Em outro plano, temos agora neo-historicistas procurando se auto-constituírem em “novos donos da verdade sobre a geografia”, afirmando que o “muro caiu”, procuram recuperar com a sofisticação da modernidade o discurso reacionário do estruturalismo funcionalista... Ou então, temos também, os órfãos do leninismo a afirmar que só eles sabem qual é a geografia legada do marxismo... Mas em outro plano ainda temos, também, os filhos do anarquismo a disparar suas metralhadoras giratórias sobre tudo e sobre todos”.³²

Na verdade, o que está no centro do debate atual³³ são os fundamentos filosóficos das principais correntes teóricas presentes, hoje, no pensamento geográfico, a começar pelas vertentes dos vários “mar-

³² OLIVEIRA, A. U. 1984a. p. 9-10.

³³ Algumas referências sobre o debate atual entre as diversas vertentes da Geografia Crítica são: MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos (a renovação

xismos”, pelos historicistas e neo-historicistas, pelos positivistas em suas diversas características e pelos neopositivistas e suas variações. De certo modo, a preocupação que Carlos Walter Porto Gonçalves apresentou em 1978 continua tendo fundamento. Os neo-historicistas em suas análises de dimensões positivistas proclamam-se hoje os “papas” da Geografia. De fato isto nada contribui com o desenvolvimento da Ciência.

Ao fazer essa breve reflexão, nosso objetivo é nos situar nesse debate. Os fundamentos teórico-metodológicos são imprescindíveis para a elaboração de qualquer trabalho científico. Portanto, procuramos desenvolver nossa análise nos caminhos da concepção dialógica, do debate filosófico e da práxis. Através da historicidade das correntes teóricas, refletir sobre a diferenciação entre materialismo e idealismo, aparência e essência, negando a neutralidade científica e, dessa forma, marcando nossa postura política frente aos objetos a serem compreendidos, realizando a pesquisa no campo analítico e tendo como princípio nosso compromisso com a transformação da sociedade.

Outro objetivo é ressaltar a importância do conhecimento da história do pensamento geográfico e dos fundamentos filosóficos que

da Geografia no Brasil 1978-1988). In *Caderno Prudentino de Geografia n° 14*. AGB - Presidente Prudente, 1992. p. 5-39; OLIVEIRA, A. U. 1994a, 1994b e 1994c. op. cit; VESENTINI, J. W. O Método e a Práxis (Notas polêmicas sobre a Geografia Tradicional e a Geografia Crítica). In *Revista Terra Livre n° 2*. AGB-Nacional. São Paulo, 1987. p. 59-90 (publicado também em *Para uma Geografia Crítica na Escola*. São Paulo: Ed. Ática, 1992; ANDRADE, M. C. Uma Geografia para o Século XXI. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1993. (Publicado também pela Papyrus, Campinas, 1994); SILVA, A. C. Software e valor. In *Caderno Prudentino de Geografia n° 16*. Presidente Prudente, 1994. p. 8-23.

Bernardo Maçano Fernandes

nos possibilitam fazer as leituras dessa mesma história, bem como nos ajudam a compreender melhor nossa posição filosófico-política na Geografia e o nosso papel na sociedade. Salientamos isto no sentido de valorizar a experiência da pesquisa. Quando um estudante se propõe a fazer sua monografia de bacharelado, seu trabalho de graduação individual ou sua dissertação de mestrado, o conhecimento das bases teóricas e metodológicas são fundamentais. Caso não se proponha a esse trabalho sua pesquisa muito pouco contribuirá para a sua formação e para a compreensão da realidade estudada.

Nos estudos de Geografia Agrária as diferentes correntes teóricas estão presentes, definindo os objetos, as metodologias, os temas, as questões e os lugares etc. Dessa forma, na elaboração e realização de um projeto de pesquisa é de grande importância o conhecimento dos seus conteúdos filosóficos para não correr o risco de fazer uma “salada” teórica, e mesmo para não realizar um trabalho que pode resultar num amontoado de dados.

Para aquele que se propõe pesquisar nesse campo da ciência geográfica é fundamental a leitura dos principais trabalhos já realizados nessa área. Com esse procedimento o estudante-pesquisador construirá os principais argumentos teórico-metodológicos que contribuirão para o entendimento da realidade estudada.

Nesse sentido, na história do pensamento geográfico na Geografia Agrária brasileira podemos destacar alguns trabalhos como referências para esta breve reflexão. Todavia, é preciso ressaltar aqui que com a escolha desses trabalhos não estamos excluindo os outros, pois nosso objetivo é salientar, apenas, algumas das diferenças teóricas e metodológicas.

Discutiremos, em breves resenhas, as representações das correntes teóricas mais importantes da Geografia Agrária hoje: a neopo-

sitivista, a historicista e a dialética materialista. Sabemos dos limites das resenhas. Na verdade o que importa é que estas sirvam, para o leitor, como ponto de partida para os seus estudos.

Os trabalhos realizados a partir dos fundamentos filosóficos do neopositivismo é representativo, embora esteja circunscrito aos trabalhos de pesquisadores de algumas instituições como por exemplo: UNESP-Rio Claro, Universidade Federal do Sergipe, Universidade Federal do Rio de Janeiro e IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística etc.

Um trabalho exemplar dessa corrente teórica é “Geografia da Agricultura” de José Alexandre Felizola Diniz. Neste livro o leitor não encontrará uma discussão aprofundada sobre as questões teóricas, que não é a principal preocupação do autor, mas sim uma apresentação da evolução do estudo da “Geografia da Agricultura” nos últimos trinta anos. Por ser um manual tem como objetivo informar sobre as bases com as quais o estudante-pesquisador possa compreender a “seqüência natural” da aplicabilidade de sistemas e modelos³⁴. A sua proposição é a análise sistêmica dos “elementos funcionais” de um espaço geográfico estruturado. Nessa concepção, *a priori*, a realidade agrária é vista a partir de uma tipologia, em que as relações sociais não são consideradas. O que importa é a classificação de áreas através de tipogramas. Os processos de transformação da agricultura são descritos em uma visão técnica-linear. Há outros manuais de orientação dessa corrente teórica³⁵, contudo nos limitaremos a esta resenha.

³⁴ Diniz, J. A. F. - Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. p. 17.

³⁵ Ver por exemplo: CERON, A. O. & GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa. In *Boletim de Geografia Teórica*, volume 9, n. 17 e 18. AGETEO - Associação de Geografia Teórica. Rio Claro, 1979. p. 59-68.

Bernardo Maçano Fernandes

Com relação as correntes historicistas é necessário considerar as suas diferenças filosóficas internas. Dentre essas diferenças estão o historicismo clássico e o marxismo historicista. Portanto, cabe-nos ressaltar que os trabalhos analisados circunscrevem-se no interior do pensamento historicista no seio do pensamento marxista, que se difere pela importância que dá aos processos histórico-sociais com influência da concepção dialética³⁶. Essa corrente tem uma produção importante nos estudos de Geografia Agrária. Uma razão desse fato é o predomínio que manteve até o final da década de sessenta nos estudos sobre o campo. Embora grande parte dos trabalhos produzidos sejam estudos locais, dois clássicos da Geografia Agrária foram realizados, são estes: “A terra e o Homem no Nordeste” de Manuel Correia de Andrade³⁷ e “Geografia Agrária no Brasil” de Orlando Valverde. O primeiro é uma referência obrigatória para todos os estudantes-pesquisadores que pretendem conhecer a geografia do nordeste a partir da história da ocupação do território e suas transformações. Neste trabalho o autor analisa esse processo histórico, bem como a sua questão agrária ao estudar o modo de produção dominante no campo, as relações sociais e a luta pela terra realizada pelas ligas camponesas. Por sua própria amplitude é importante salientar que no momento histórico em que foi realizado, este trabalho estava a frente dos seus contemporâneos, tanto que foi muito mais utilizado por sociólogos e economistas do que por geógrafos³⁸.

³⁶ Ver LÖWY, M. - As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987. Ver também: OLIVEIRA, A. U. (1994a.) op. cit. p. 28.

³⁷ ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964. 2. ed.

³⁸ ANDRADE, M. C. (1977). op. cit. p. 12.

O trabalho de Orlando Valverde traz uma grande contribuição no capítulo sobre metodologia da Geografia Agrária. Este é um texto importante que deve ser estudado pelos interessados na pesquisa geográfica no campo. Nesse texto Valverde faz um histórico da história da Geografia Agrária, discute a origem etimológica do conceito e define, a partir de seus pressupostos teóricos, o que é Geografia Agrária: “O estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”.³⁹

Em síntese, este trabalho apresenta um estudo descritivo detalhado e muito bem documentado dos quadros físicos e geoeconômico das regiões brasileiras. Segundo Oliveira, o prefácio desse livro constitui um marco político na produção geográfica por apresentar uma contradição intelectual: “entre uma visão historicista da Geografia enquanto Ciência e a sua firme posição política de compromisso com a transformação da sociedade”.⁴⁰

Outra grande contribuição desse geógrafo é “Estudos de Geografia Agrária Brasileira”. Nesse trabalho o autor reúne diversos temas, estudados em diferentes regiões, numa análise histórica e econômica da exploração da agricultura e da pecuária. Discute o problema agrário brasileiro e apresenta uma breve discussão sobre a regionalização da reforma agrária.

³⁹ VALVERDE, O. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC/CBPE, 1964. p. 21.

⁴⁰ OLIVEIRA 1994a. op. cit. p. 27. Ver também: OLIVEIRA, A. U. Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen. Tese de doutorado. Departamento de Geografia - USP. São Paulo, 1978. p. 424 e ss.

Bernardo Mançano Fernandes

Um dos primeiros trabalhos que representou uma ruptura nos estudos de Geografia Agrária é a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira: "Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado isolado" de Von Thünen". Este trabalho introduz na Geografia Agrária brasileira: "os conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil"⁴¹.

Com base numa vasta bibliografia, tendo como referência os estudos clássicos de Marx e de estudiosos marxistas, o autor desenvolve seu trabalho crítico, discutindo ponto-a-ponto a teoria e o método de Thünen, colocando por terra a concepção de "Estado isolado"⁴². A partir desses pressupostos Oliveira analisa as condições materiais de desenvolvimento da obra de Von Thünen em seu contexto histórico, bem como realiza uma discussão filosófica sobre os conceitos fundamentais dessa obra. Discute, também, a atualidade desse modelo teórico aplicado à realidade brasileira, onde dedica grande parte de sua análise criticando, em bases filosóficas, os trabalhos dos neopositivistas e dos historicistas, explicando sob as categorias do materialismo dialético os processos de produção do espaço geográfico. Por fim, reserva a última parte de seu trabalho para a discussão da importância da práxis e do compromisso filosófico político para com o entendimento da realidade estudada.

⁴¹ OLIVEIRA, A. U. (1978) op. cit. p. 42.

⁴² O "Estado isolado" é a idealização de um espaço determinado à natureza e a economia, onde se encontrariam diferentes sistemas agrários. Esse modelo "tinha por objetivo resolver os problemas que enfrentava ao tentar compreender a realidade, que, para ele (Thünen), se apresentava como um período de transição, onde tudo é um caos, o que impede a compreensão e análise". In OLIVEIRA, A. U. 1978. op. cit. p. 226.

Outros estudos de Oliveira se tornaram clássicos na Geografia⁴³. Uma das contribuições desse autor é a elaboração teórico-metodológica dos processos de territorialização do capital e da monopolização do território pelo capital⁴⁴. Além dessas contribuições há também suas pesquisas sobre a Amazônia Legal⁴⁵ e sobre a agricultura camponesa no Brasil⁴⁶. Este último é uma coletânea de seus textos produzidos nas décadas de oitenta e noventa. Neste livro, entre outras questões, Oliveira analisa a contradição do desenvolvimento capitalista na agricultura, a recriação capitalista dos camponeses na fronteira amazônica mato-grossense no contexto da mundialização da economia brasileira. É um dos poucos livros de Geografia Agrária que discute as correntes teóricas da questão Agrária.

⁴³ Entre outros, por exemplo: OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. In *Boletim Paulista de Geografia n° 58*. AGB - São Paulo, 1981. p. 5-64; OLIVEIRA, A. U. - Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

⁴⁴ OLIVEIRA, A. U. 1991. op. cit. Entre os pesquisadores orientados por Oliveira, temos dois excelentes trabalhos que analisaram esses processos: Um exemplo do processo de territorialização do capital é o trabalho de Antonio Thomaz Junior - A Territorialização do Monopólio: As Agro-Indústrias Canavieiras em Jaboticabal. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia - USP. São Paulo, 1988. Um exemplo do processo de monopolização do território pelo capital é o trabalho de Virginia Elisabeta Etges - Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Livraria e Editora da FISC. Santa Cruz, 1991.

⁴⁵ OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Papirus. Campinas, 1989; OLIVEIRA, A. U. *Integrar para não entregar*. Campinas: Papirus, 1988.

⁴⁶ OLIVEIRA, A. U. 1991. op. cit.

Bernardo Mançano Fernandes

Existem outras correntes que não foram abordadas nessa reflexão, como por exemplo os estudos que têm como base teórica o historicismo clássico, representados pelo trabalho de Monbeig⁴⁷ e pelo trabalho de Waibel⁴⁸. Há também os estudos fenomenológicos e os neo-historicistas e que pretendemos abordar no desdobramento desse trabalho. O número de estudos fundamentados nestas duas correntes, segundo Oliveira⁴⁹, tem aumentado nos últimos anos.

Realizamos essas breves resenhas com o objetivo de expor algumas das principais diferenças dos fundamentos filosóficos de alguns trabalhos produzidos a partir das correntes teórico-metodológicas presentes na Geografia Agrária brasileira. Com essa pequena exposição acreditamos ser possível ter uma noção dessas diferenças.

Por fim, apresentamos alguns dados, no quadro 1, que organizamos sobre os principais eixos temáticos da produção recente dos estudos de Geografia Agrária, com base nos três últimos eventos mais importantes que reúnem pesquisadores dessa área: o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em julho de 1994 na cidade de Curitiba-PR; o Encontro Internacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em setembro de 1994 na cidade de São Paulo - SP; o 11º Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em dezembro de 1994 na cidade de Águas de São Pedro-SP.

Os dados desse quadro nos permite visualizar os eixos temáticos estudados nos últimos dois anos, ou em estudo. É válido lembrar que

⁴⁷ MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

⁴⁸ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

⁴⁹ OLIVEIRA, A. U. 1994a. op. cit. p. 27.

a maior parte desses trabalhos foram apresentados por estudantes de graduação e de pós-graduação e uma pequena parte são palestras, conferências, debates etc, realizadas por professores doutores ou de titulação superior. Nessa compilação, na quase totalidade dos trabalhos analisados, fizemos uma leitura dos resumos o que não é suficiente para aprofundarmos nossa discussão sobre seus conteúdos, portanto, nos limitamos a apresentar os números. Todavia, esses números são significativos, pois indicam as principais tendências dos temas dos projetos de pesquisa realizados ou em realização.

Quadro 1 - Trabalhos de Geografia Agrária apresentados no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, no Encontro Internacional de Pós-Graduação em Geografia e no 11º Encontro Nacional de Geografia Agrária.

Nº de Ordem	Temas apresentados	Nº Absoluto
1	Camponeses	27
2	Modernização da Agricultura	23
3	Questão Sócio-ambiental e agricultura	19
4	Assentamentos	17
	Produção/comercialização agrícola e pecuária	17
5	Luta pela terra/Luta pela reforma agrária	10
6	Assalariados	8
7	Questão fundiária	7
	Técnicas de pesquisa no campo	7
8	Políticas de colonização	6
9	Relação cidade-campo	5
10	Questões teórico-metodológicas em Geografia Agrária	4

Bernardo Maçano Fernandes

	Atingidos por barragens	4
	Políticas públicas	4
11	Posseiros	3
12	Extrativismo vegetal na Amazônia	2
13	Renda da terra	2

Fonte: Anais e cadernos de resumos do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos; Caderno de resumos do Encontro Internacional de Pós-Graduação em Geografia; Cadernos de comunicações e de mesa redonda do 11º Encontro Nacional de Geografia Agrária.

Os dois eixos temáticos mais pesquisados coloca em evidência, ou no mínimo destaca, duas das correntes teóricas da questão agrária. O eixo temático sobre a questão sócio-ambiental aparece como o terceiro mais estudado. Seria importante fazer uma comparação com anos anteriores. Contudo, parece-nos que este é um tema que ganha novos interessados, especialmente, pela sua própria complexidade (que tem sido debatida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em reuniões nacionais e internacionais) e, por outro lado, pela divulgação em massa feita pela mídia sobre essa questão.

Os estudos sobre assentamentos, feitos sobre diversas concepções, vêm em quarto lugar, mas se somados ao eixo temático luta pela terra/luta pela reforma agrária, o número destes se equívale aos dos estudos sobre camponeses e os estudos sobre modernização da agricultura, como os mais estudados hoje pelos jovens pesquisadores. Os trabalhos com os assalariados também é relevante nesse contexto.

A produção e comercialização agrícola e pecuária, tema clássico dos estudos de Geografia Agrária, também continua sendo muito pesquisado, bem como a questão fundiária. Contudo, poucos são os estudos sobre questões teórico-metodológicas, tendo relevância maior os trabalhos sobre técnicas de pesquisa.

Vale destacar o considerável número de trabalhos sobre a relação cidade/campo. Tema de grande importância para a Geografia, tanto pela escassez de pesquisas nessa área o que limita os recursos – principalmente – bibliográficos, quanto pela sua complexidade.

Outros eixos relacionados com questões históricas das últimas décadas, sobre projetos estatais e privados de colonização e a luta pela cidadania nas formas de resistência dos atingidos por barragens, bem como as políticas públicas relativas aos problemas agrários, são desenvolvidos em menor número.

Por últimos, estão os eixos temáticos sobre extrativismo vegetal na Amazônia e os estudos sobre as lutas dos camponeses-possuidores. Temas importantes para a Geografia Agrária, mas infelizmente, por uma série de impedimentos de ordem material e de distância, são poucos estudados. Os estudos sobre a renda da terra aparecem como partes de trabalhos mais amplos sobre a valorização do espaço agrícola ou em estudos sobre arrendamentos de terras entre capitalistas e camponeses.

Nesse momento, pelos trabalhos que realizamos, possuímos uma responsabilidade maior frente ao debate sobre a crise da Geografia. Queiramos ou não, estamos envolvidos com essa questão. No processo de nossa formação temos várias opções, entre elas a de ser um “imbecil especializado” ou procurar construir o caminho necessário para a compreensão das diversidades e contradições inerentes aos processos sócio-espaciais.

Em nossos projetos de pesquisa é fundamental que nos preocupemos com os fundamentos filosóficos e com a nossa postura política. É preciso *superar* posturas descompromissadas na construção de um caminho responsável, para que possamos elaborar nossas pró-

Bernardo Mançano Fernandes

prias idéias. Dessa forma, o debate hoje nos apresenta novas questões que são colocadas em evidência. A primeira é a propagação do ideário neoliberal no interior da ciência geográfica pelos neopositivistas e pelos neo-historicistas. Vivemos hoje em uma nova ordem mundial e esse processo de transformação exige de nós um esforço redobrado para que possamos entendê-lo. A segunda é o compromisso do pesquisador com o seu projeto de pesquisa, considerando a sua formação filosófica e seus fundamentos teórico-metodológicos.

Esta breve reflexão é parte de um trabalho que estamos iniciando.

3 - ASSENTAMENTOS: FRAÇÕES DO TERRITÓRIO CONQUISTADAS

Para empreendermos o caminho sobre os estudos em áreas de assentamentos rurais, vale retomar algumas questões apresentadas na introdução desse trabalho. Com esse objetivo faremos um breve comentário sobre *os paradigmas da questão agrária*⁵⁰. Para esse tema

⁵⁰ Sobre esse assunto pode-se consultar, entre outros estudos, as seguintes obras: LENIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985; KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986; CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974; STÉDILE, J. P. (Org.) A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994; ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992; TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Crítica da Sociologia Rural*

convergem, entre outras questões, os problemas teóricos dos estudos e dos debates sobre a reforma agrária, das diversas áreas do conhecimento e por conseguinte das diferentes correntes teóricas, suas teses e práticas políticas.

Nas últimas quatro décadas vários estudiosos brasileiros interessados em compreender a questão agrária, elaboraram diferentes teses sobre o processo de desenvolvimento da agricultura no contexto da formação histórica do capitalismo. Nesse período, frente às transformações recentes da agricultura, algumas teses foram superadas e outras surgiram. Por exemplo: foram superadas as teses sobre as relações semi-feudais de produção. Hoje há um consenso entre todas as correntes teóricas sobre a predominância do desenvolvimento do capitalismo. Recentemente surgiram teses⁵¹ que defendem a inviabilização da reforma agrária, argumentando a “suposta ociosidade da terra no Brasil” (sic), e considerando que com o desenvolvimento da agricultura capitalista a questão alimentar estaria resolvida. Logo, os principais argumentos a favor da reforma agrária: a distribuição de terras e o aumento da produção de alimentos não teria sustentação. Todavia, essas teses não conseguiram deslocar o eixo do debate sobre a necessidade da reforma agrária.

e a Construção de uma Sociologia dos Processos Sociais Agrários. In *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo, p. 13-51; OLIVEIRA, A. U. *Agricultura Campesina no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

⁵¹ Entre outras, ver GRAZIANO NETO, F. *A Tragédia da Terra: O Fracasso da Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Iglu/Funep/Unesp, 1991. Ver também: GRAZIANO NETO, F. Recolocando a Questão Agrária. In *A Questão Agrária Hoje*. STÉDILE, J. P. (Org.). 1994. p. 238-54; MILLER, G. São Paulo - O Núcleo do Padrão Agrário Moderno. In *A Questão Agrária Hoje*. STÉDILE, J. P. (Org.). 1994. p. 221-37.

Bernardo Maçano Fernandes

O que se encontra, realmente, no cerne desse debate sobre a questão agrária é a relação entre o camponês e o capital, ou seja, são as perspectivas da produção familiar no processo de desenvolvimento e de transformação das relações sociais na agricultura. Dentre as teses que predominam, alguns autores defendem que os camponeses tendem a desaparecer, pelo próprio *progresso do capitalismo*, tornando-se trabalhadores assalariados. Outros autores defendem que pelo fato do *processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção ser contraditório e desigual*, este não se expande de forma linear, ou seja, destruindo o trabalho familiar e criando o trabalho assalariado, mas sim criando e recriando o trabalhador camponês, assim como o trabalhador assalariado.

Dessa forma, hoje a questão tem como conteúdo importante, entre outros, o debate sobre o sentido atual da reforma agrária e a realidade dos assentamentos a partir do estudo de diferentes experiências. Quais as suas características e perspectivas? Em tese, fala-se que é desenvolvimentista, reformista, assistencialista, revolucionária etc. Esse é um ponto importante no caminho sobre os estudos em áreas de assentamentos rurais que estamos propondo. Ao estudar as realidades dos assentamentos rurais, estamos nos inscrevendo para participar desse debate, contribuindo para a compreensão da questão agrária brasileira.

Nesse sentido, para compreendermos o que existe de novo na questão da reforma agrária, é necessário estudar os processos sociais agrários e suas formas de produção dos espaços social e geográfico. Hoje, na virada do século, com a intensa modernização tecnológica, os conflitos sociais da luta pela terra e da luta pela reforma agrária continuam sendo um dos grandes problemas contemporâneos. Da mesma forma como o campo foi “modernizado” (e isto significa a sua transformação através do progresso técnico, principalmente pela

industrialização), as lutas pela terra e reforma agrária se transformaram num constante fabricar de antigas e novas conflitualidades⁵², e assim as lutas (re)fazem-se cotidianamente em novas formas de resistência⁵³ sendo dimensionadas pelo processo de mundialização da nova ordem mundial, estando presentes marcadamente na realidade, exatamente porque: “a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros⁵⁴.”

Frente a essa realidade a reforma agrária não deixou de ser uma questão importante, como pregam alguns defensores do ideário neoliberal que a sugerem, em alguns casos, apenas como um plano de assistência social para os “pobres do campo”. Nessa visão a luta pela terra e a luta pela reforma agrária são apenas uma questão do campo. Assim o argumento neoliberal propõe tratar os excluídos do modelo de modernização do campo. Com os intensos processos de urbanização, de industrialização, de migração pela impossibilidade de acesso à terra etc, essas lutas são hoje uma questão rural e urbana.

⁵² TAVARES DOS SANTOS, J. V. 1994a. op. cit. p. 13 e ss; TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Desafios Concretuais da Sociologia Rural na América Latina: Por uma Sociologia dos Processos Sociais Agrários*. Trabalho apresentado no IV Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Concepción, 1994b. (inédito).

⁵³ FERNANDES, B. M. *A modernidade no Campo: A Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Trabalho apresentado no II Seminário sobre o Pensamento Geográfico no Brasil. FCT-UNESP. 22, 23 e 24 de setembro de 1994b. Presidente Prudente - SP. (Inédito).

⁵⁴ MARTINS, J. S. 1994. op. cit. p. 13.

Bernardo Mançano Fernandes

Em nada contribuem as visões dualistas que tentam construir dicotomias como rural/urbano, antigo/moderno etc⁵⁵. No mapa dos conflitos sociais: campo e cidade estão unidos dialeticamente pelos processos de territorialização do capital e de monopolização do território, pelos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra, na luta pela reforma agrária, na luta pelo trabalho, na luta por melhores preços etc. Oliveira foi muito feliz na sua expressão: ... *a reforma agrária se faz no campo, mas se ganha é na cidade...*⁵⁶

O que se tem de novo hoje são, de fato, os fenômenos e não as estruturas, estas são invariantes históricas, por exemplo: propriedade, trabalho, capital, sujeitos, etc. Estas relações sociais são, também, categorias de análise cujos conteúdos se mantêm historicamente. Contudo, como representam novos fenômenos resultantes das transformações dos processos sócio-espaciais, a partir de diferentes políticas, têm como contrapartida novas formas de lutas e resistência. É nesse processo de transformação que emergem novas realidades, onde buscamos as referências para construir os significados, necessários, para se compreender esses fenômenos. Não se pode pensar um fenômeno a não ser no contexto de uma teoria da sociedade. A importância do pensamento está na compreensão das suas transformações, concebendo as relações construídas como processo. As idéias têm que conter a dimensão dialética e histórica. Estas são preocupações necessárias que exigem um rigor conceitual.

⁵⁵ MARTINS, J. S. As coisas no lugar (Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In INTRODUÇÃO CRÍTICA À SOCIOLOGIA RURAL, Hucitec. São Paulo, 1986; TAVARES DOS SANTOS, J. V. 1991. op. cit.

⁵⁶ OLIVEIRA, A. U. 1991. p. 27.

A reforma agrária é, antes de mais nada, um processo sócio-político, que com as transformações recentes da agricultura, também se transformou e, portanto, possui novas características, exatamente pelas novas realidades que foram construídas pela lutas sociais, agora dimensionadas em novas questões, em que estão contidas a história da luta, como por exemplo: novas formas de organização do trabalho e a questão ambiental. As novas realidades que se fazem no cotidiano são perceptíveis no espaço da micropolítica que podem ser, por exemplo, o espaço do assentamento, que é o *locus* das relações sociais e estas devem ser analisadas nas suas espacialidades, ou seja nas dimensões das diversas formas de relações com a sociedade. Com essa análise pretendemos tratar do estudo sobre assentamentos rurais, entendendo-os como processos, tentando superar assim visões localistas, isolacionistas, fragmentárias etc.

Apesar de praticamente não existir uma política de reforma agrária, o número de assentamentos vem aumentando. A razão desse aumento é explicada pelas constantes ocupações realizadas principalmente pelo MST. Mesmo com o refluxo dos movimentos sociais, da CUT e da Igreja Católica (entendida como CPT, e religiosos comprometidos ligados a Teologia da Libertação), o MST continua se espacializando e se territorializando, sendo hoje o mais representativo movimento social na luta pela terra. O quadro 2 nos mostra, em parte, as conquistas dos movimentos sociais até outubro de 1994.

Bernardo Mançano Fernandes

Quadro 2 - Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil - 1994*			
Região / UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (Ha)
Norte**	181	54.217	3.811.205
AC	3	1.104	326.500
AM	10	5.847	461.514
AP	13	1.696	254.277
PA	57	21.624	1.259.216
RO	33	13.324	720.080
RR	03	5.016	463.300
TO	62	5.606	326.318
Nordeste	425	40.600	1.965.835
AL	11	514	8.768
BA	81	10.377	358.224
CE	95	6.597	230.994
MA	51	12.847	1.104.582
PB	44	1.646	20.723
PE	54	2.602	39.637
PI	31	2.182	91.890
RN	39	2.619	91.890
SE	19	1.216	19.117
Centro-Oeste	119	18.646	956.562
GO	39	2.624	125.011
MS	29	5.583	152.982
MT**	51	10.439	678.569
Sudeste	117	10.453	242.908
ES	30	840	10.006
MG	24	2.249	106.739
RJ	18	2.268	22.983
SP	45	5.096	103.180
Sul	281	15.307	293.159
PR	124	8.251	154.898
RS	95	4.537	95.080
SC	62	2.519	43.181
Total	1.123	139.223	7.269.669

Fonte: INCRA e MST. (in, Agenda 1995 do MST). Assentamentos realizados pelo INCRA e Governos Estaduais.

* Dados organizados desde 1978 até outubro de 1994. **Incluídos projetos de colonização.

As referências sobre a origem do termo assentamento nos indicam que o mesmo data de meados da década de sessenta⁵⁷, mas só recentemente seu significado tem sido mais profundamente analisado⁵⁸. Do ponto de vista dos movimentos sociais o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência. Do ponto de vista do Estado o assentamento é um projeto social, resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária. Por essas definições o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra. Conforme Raffestin: “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”.⁵⁹

O assentamento é, também, um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão. É nesse processo que o conceito nasceu e cujos significados são reinterpretados a cada experiência das novas lutas que se desenvolvem antes-durante-depois da conquista da terra. Nessa concepção

⁵⁷ Em duas obras importantes encontramos referências sobre a origem do termo. A primeira é no documento produzido por LULA SILVA, L. I. e GOMES DA SILVA, J. Plano Nacional de Reforma Agrária: um Projeto Popular para os Agricultores Sem Terra e Minifundistas. In *Reforma Agrária nº 1*. Vol. 21. ABRA. Campinas, 1991. p. 76: onde segundo os autores o termo aparece pela primeira vez no Estatuto da Terra (1964) como neologismo; a segunda é em CHOCHOL, J. 1994. op. cit. p. 292: onde o termo foi utilizado durante a reforma agrária chilena no período de 1964-1970.

⁵⁸ Ver, por exemplo, ESTERCI, N. et alii. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. In *Reforma Agrária nº 3*. Vol. 22. Campinas: ABRA, 1992. p. 4-15.

⁵⁹ RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993. p. 59-60.

Bernardo Mançano Fernandes

o trabalhador Sem Terra é sujeito coletivo em movimento, espacializando-se na luta pela dignidade humana, pelo direito de participar da construção de seu próprio destino.⁶⁰

As noções *trabalhador sem terra e assentamento rural* estão historicamente associadas/relacionadas aos conceitos de *campesinato e pequena produção*. Dessa forma, parece-nos pertinente refletir sobre a associação/relação entre os conceitos camponês e trabalhador sem terra, da mesma forma entre os conceitos pequena produção e assentamento.

A luta e a resistência dos trabalhadores rurais sem terra estão contidas nos processos de reprodução do campesinato. De acordo com Tavares dos Santos⁶¹: “os camponeses sem terra” são uma categoria sócio-política que emergiu da diferenciação interna dos camponeses resultante da implementação das políticas de modernização da agricultura. Concordando com Tavares dos Santos, a partir dos fundamentos teóricos dos processos sociais agrários, os “camponeses sem terra” ou trabalhadores sem terra são uma parte que compõe “os grupos camponeses”. Contudo, pela própria atualidade e pela contínua emergência dos trabalhadores sem terra, torna-se fundamental analisar as referências produzidas pela contemporaneidade das experiências, para que possamos contribuir com a construção teórico-metodológica desse processo.

⁶⁰ Ver FERNANDES, B. M. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. In *Caderno Prudentino de Geografia n° 16*. AGB. Presidente Prudente, 1994, p. 152-158; Ver também o excelente trabalho de NOGUEIRA, A. *O sujeito irreverente*. Campinas: Papyrus, 1993.

⁶¹ TAVARES DOS SANTOS, J. V. Conflitos Sociais Agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. In *Cadernos de Sociologia n° 6*. PPGS-UFRGS. Porto Alegre, 1994c.

A idéia de assentamento está diretamente relacionada a de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência, “integrados” ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a materialização de sua existência. Nesse sentido a terra é, também, o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo sócio-espacial, em e onde se expressam as dimensões dos interesses da classe: como o acesso à terra, a organização do espaço econômico, cultural e político, pela reinserção no processo produtivo, participando da sociedade como cidadãos etc.⁶²

A partir da conquista da terra, novos desafios são enfrentados pelos trabalhadores sem terra. A conquista da terra une sujeitos com interesses diferentes pela própria trajetória histórica de cada um. Este é um processo rico em experiências que precisa ser analisado. O assentamento é o espaço político da realização da diversidade de experiências e estratégias.

Nessa perspectiva, qualquer projeto de pesquisa sobre assentamentos precisa considerar a sua dimensão histórica. Nela estão contidas as relações que o assentamento em questão possui com outras lutas dos diversos movimentos sociais, principalmente, nos últimos quinze anos. É preciso situá-lo nesse contexto histórico, em que o mesmo é parte de uma luta maior. Nesse sentido é fundamental co-

⁶² GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do Sul. In *Cadernos de Sociologia* n° 6. PPGS-UFRGS, Porto Alegre, 1994, p. 154-176.

Bernardo Mançano Fernandes

nhecer a história dos movimentos sociais no campo⁶³, bem como a história recente da reforma agrária e seu debate⁶⁴. Dessa forma, pode-se estabelecer nos processos sócio-espaciais a origem da luta e suas relações e dimensões micro e macro políticas. No estudo desses processos o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável de diferentes elementos, construído pelas relações sociais num movimento contínuo de transformação da natureza.⁶⁵

⁶³ Ver, por exemplo: MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Fase: Rio de Janeiro, 1989; OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das Lutas no campo*. Contexto: São Paulo, 1989; TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. Editora da Unicamp/Vértice Editora: Campinas/São Paulo, 1985; GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Vozes/Fase. Petrópolis, 1987; SCHERER-WARREN, I. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS. Loyola: São Paulo, 1993; STÉDILE, J. P. e FREI SÉRGIO. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

⁶⁴ Ver, GOMES DA SILVA, J. *Caindo Por Terra: crises da reforma agrária na Nova República*. Ed. Busca Vida: São Paulo, 1987; GOMES DA SILVA, J. - *Buraco Negro: reforma agrária na constituinte*. Paz e Terra: São Paulo, 1987; RIBEIRO, N. F. *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. Paz e Terra: São Paulo, 1987; VEIGA, J. E. *A reforma que virou suco*. Vozes: Petrópolis, 1990. LEAL, L. *Reforma Agrária da Nova República*. Cortez/Educ: São Paulo, 1985; GRAZIANO DA SILVA, J. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasiliense: São Paulo, 1985; MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia da "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

⁶⁵ Ver: LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Blackwell Publishers: Cambridge/Massachusetts, 1991; LEFEBREVE, H. *Espacio y politica*. Ediciones Península: Barcelona, 1976; SANTOS, M. *Espaço e Método*. Nobel: São Paulo, 1988; SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. Hucitec: São Paulo, 1988; SANTOS, M. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. In *Revista Terra Livre* n° 5. AGB. São Paulo, 1988. p. 9-20.

Outra preocupação importante é quanto a dimensão da temática a ser desenvolvida. São diversos os conjuntos temáticos que podem estar no campo dos interesses do pesquisador. A escolha de um ou mais conjuntos temáticos têm muito a ver com a história do projeto de pesquisa. O interesse em se pesquisar determinada questão pode ser fruto tanto de um prévio conhecimento da realidade ou de um total desconhecimento. Listaremos alguns conjuntos temáticos, sem o objetivo de sugerir, mas apenas para apresentá-los. Antes, porém, é preciso lembrar que o conjunto temático possui relação direta com o universo possível da pesquisa, que deve ser determinado pelos objetivos do trabalho.

Um primeiro conjunto temático de interesse é, por exemplo: as formas de organização social, conflitos sociais e violência no campo. Este é um tema muito caro à Geografia⁶⁶. Pouquíssimos são os trabalhos de pesquisa sobre a Geografia da Violência no Campo. Na luta pela conquista de uma fração do território desenvolve-se o enfrentamento entre os camponeses, os latifundiários e seus jagunços e o Estado, que tem tratado o problema militarizando a questão agrária⁶⁷. Ainda, nesse conjunto, vale salientar a importância do estudo

⁶⁶ Ver, por exemplo: OLIVEIRA, A. U. 1989. op. cit.; SANTOS FILHO, J. R. & PORTO, M. Y. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. In *Reforma Agrária nº 1*. Vol. 14. Campinas: ABRA, 1984. p. 3-33.

⁶⁷ Ver, por exemplo: MARTINS, J. S. A militarização da questão agrária no Brasil. Vozes: Petrópolis, 1984; GÖRGEN, S. Frei. *O Massacre da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989; GÖRGEN, S. Frei. (Coord.) *Uma Foice Longe da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1991; Mirad - Conflitos de Terra. Brasília, 1986; MST - Assassinatos no Campo. São Paulo, 1986; FIGUEIRA, R. R. *Rio Maria Canto da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1992. Outra fonte importante são os documentos publicados anualmente pela CPT - Comissão Pastoral da Terra.

Bernardo Mançano Fernandes

das diferentes relações que os movimentos sociais mantêm com diversas instituições. As relações de dependência: paternalistas, populistas etc, as rupturas com tradições e esquemas, o rompimento com estruturas determinadas, os desafios, a conquista da autonomia, etc.

Um segundo conjunto temático pode ser os diferentes tipos de assentamentos. No estudo de diferentes espaços, essa tipologia pode ser definida de acordo com a sua localização geográfica e complexidade das formas de relações sociais construídas cultural e historicamente. Uma sugestão de tipos de assentamentos é colocada por José Gomes da Silva⁶⁸ ao definir alguns tipos básicos de assentamento: assentamentos associativos ou explorações comunitárias, assentamentos suburbanos ou agrovilas, assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas, assentamentos individuais ou explorações parceladas.

Um terceiro conjunto temático é o estudo dos distintos processos de organização do trabalho no assentamento, sua distribuição espacial e organização do território, seu desenvolvimento econômico, produção, lutas por preço, renda⁶⁹ etc. Este é um tema em questão hoje pelo fato de existirem diversas experiências de organização do trabalho nas formas “coletivo” e “individual” entre outras formas “híbridas”. A constituição de estruturas alternativas: de associações ou na construção de cooperativas tornam essa questão ainda mais

⁶⁸ SILVA, J. G. A Reforma Agrária no Brasil. In STÉDILE, J. P. 1994, op. cit. p. 165-190.

⁶⁹ Uma pesquisa realizada em nível nacional é referência importante para essa questão. FAO/PNUD/MARA - Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Relatório Projeto BRA 87/022. Brasília, 1992. O debate sobre esse relatório foi publicado em: ROMEIRO, A. et al (Orgs.) *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

interessante. Aqui também está presente a questão dos “integrados” pelas diferentes agroindústrias. A análise desse conjunto temático exige um estudo profundo das diferentes formas de organização do trabalho camponês e do trabalho capitalista.⁷⁰

Um quarto conjunto temático são os estudos sobre a construção de condições sociais e seus respectivos espaços sociais de questões como educação, saúde, ambiente⁷¹ etc. Nos assentamentos estão em gestação diferentes experiências de educação popular⁷² que tem como objetivos a formação intelectual, técnica e política dos assentados. A saúde, como não poderia ser diferente, também é um problema sério nos assentamentos. São poucos os estudos preocupados com

⁷⁰ Ver, entre outros, MST - A cooperação agrícola nos assentamentos. MST. Cadernos de Formação n° 20. São Paulo, 1993; MST - Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção. MST. Cadernos de Formação n° 21. São Paulo, 1994; STÉDILE, J. P. & GÖRGEN, S. Frei. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Vozes: Petrópolis, 1991; GAIGER, L. I. A praxis coletiva dos sem terra: rumo a unidade ou à heteroneidade cultural?. In *Cadernos de Sociologia n° 6*. PPGS-UFRGS. Porto Alegre, 1994. p. 177-203; GEHLEN, I. (1994). op. cit.

⁷¹ Ver, por exemplo o projeto da FAO/INCRA - “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”. Brasília, 1994.

⁷² Ver: ANDRADE, M. R. O. *O destino incerto da educação entre assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Unicamp: Campinas, 1993; MST - O que queremos com as escolas de assentamentos. MST. *Caderno de Formação n. 18*. São Paulo, 1991; MST - Como fazer a escola que queremos. MST. *Caderno de educação n. 1*. São Paulo, 1993; DAMASCENO, M. N. *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993; GOHN, M. da G. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

Bernardo Mançano Fernandes

essa temática⁷³. A questão ambiental, entendida também como problema social, político e econômico, criado pelas formas de ocupação do território, pelas políticas e pelos tipos dos planejamentos adotados, recentemente tem recebido mais atenção por parte dos pesquisadores. Novos estudos em que a preocupação com o uso do solo agrícola e em particular nos assentamentos estão se realizando⁷⁴. Para a compreensão desses processos torna-se necessário estudar o conjunto de experiências e a emergência dos fatores de complexidade que produzem o espaço geográfico do assentamento, a partir do dimensionamento das relações sociais internas e externas na formação da organização em movimento.

⁷³ CARANDINA, L. As condições de saúde nos assentamentos do Estado de São Paulo. In *Revista Travessia* n. 20, CEM - Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, 1994. p. 22-24.

⁷⁴ Ver: DULLEY, R. D. & CARVALHO, Y. M. - Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos. In *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 145-53; MAURO, C. A. et alii. A questão ambiental e novas relações técnicas na produção rural. In *Caderno de Resumos do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. IGCE/UNESP: Rio Claro, 1994. p. 140-42; BEZE Jr, Z. Assentamentos rurais e aproveitamento do Espaço Agrário. In *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 154-59; HÉBETTE, J. Meio ambiente nos assentamentos: alguns aspectos metodológicos. In *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 160-70; SIMONETTI, M. C. L. A luta pela terra como luta sócio ambiental. In *Caderno de Resumos do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1994. p. 163-66; TAVARES DOS SANTOS, J. V. Assentamentos e colonização: duas relações com o meio ambiente. In *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 171-78; GUIVANT, J. S. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola: uma revisão temática. In *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. ANPOCS. São Paulo, 1994. p. 51-78.

A delimitação desses conjuntos temáticos não significa que são modelos. Seus conteúdos foram reunidos apenas para sugerir idéias. As possibilidades de relações entre os conjuntos são inúmeras. A definição dos conteúdos dos objetos a serem pesquisados tem como ponto de partida os objetivos determinados pelos interesses do pesquisador.

É importante lembrar, também, sobre os diferentes recursos técnicos e procedimentos metodológicos que um pesquisador pode tomar ao desenvolver o seu projeto de pesquisa. Este momento é especial. Por isso uma pesquisa bibliográfica intensa é fundamental para a qualidade do projeto. Não existem modelos acabados ou roteiros prévios que nos ajudam a construir os projetos de pesquisa. Contudo, há bons livros e textos que nos levam a reflexão teórica, na construção de caminhos e a uma prática comprometida com a população a ser estudada.⁷⁵

Por fim uma questão que nos colocamos como desafio: a pesquisa e o problema da interdisciplinaridade. Essa questão é impor-

⁷⁵ LACOSTE, Y. Pesquisa e trabalho de campo; um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In *Seleção de Textos nº 11*. OLIVEIRA, A. U. (Org.). AGB. São Paulo, 1985. p. 1-23; KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In *Seleção de Textos nº 11*. op. cit. p. 25-40; LACOSTE, Y. Esses homens e essas mulheres que são "objetos" de estudo. In LACOSTE, Y. 1992. op. cit. p. 171-80; ECO, H. Como se faz uma tese. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983; BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. TAVARES DOS SANTOS, J. V. A construção da viagem inversa. Ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. In *CADERNOS de Sociologia nº 3*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1991; BERGAMASCO, S. M. P. P. & CHONCHOL, M. E. F. Observação permanente dos sistemas de produção familiar em áreas reformadas. In *Revista Cidadania*. F. E. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 15-26.

Bernardo Mançano Fernandes

tante devido a dimensão do objeto de estudo que estamos nos propondo compreender. A interdisciplinaridade pode ser construída pela interação que podemos fazer com diversas áreas do conhecimento, através da reflexão filosófica sobre a construção dos conceitos utilizados: sociedade, trabalho, capital, espaço, tempo, território, ambiente, cidade, campo, forma, organização, sujeito, instituição, estrutura, processo, produção, relações sociais, transformação, movimento, classe, cultura, etc.

Quando pensamos em interdisciplinaridade, temos que ter a concepção da fluidez das idéias e no campo dos possíveis, aproximar territórios, construir pontes que unem o mundo do conhecimento. Dessa forma, podemos criar o diálogo com outras áreas do conhecimento, interagir com elas, descobrir caminhos, inventar meios, produzir os espaços para podermos ampliar as diferentes formas de compreensão do mundo no sentido de sua transformação e assim trilhar novos caminhos.

Esse é um meio para superarmos dilemas e definirmos o objeto para além dos muros das dicotomias. Ao mesmo tempo, devemos ter a preocupação de refletir sobre esse processo não se apropriando, como foi feito no passado, das produções de outras ciências sem conhecer os seus fundamentos teórico-metodológicos⁷⁶, produzindo assim um trabalho sem coerência teórica⁷⁷. Para a definição do objeto temos que ter referências filosóficas, onde o objeto seja ponto de partida e de retorno no processo de construção do projeto de pesquisa.

⁷⁶ LACOSTE, Y. 1974. op. cit. p. 227.

⁷⁷ “Quando se parte da geografia, as realidades sociais parecem esquivar-se. Quando se parte das ciências sociais, a geografia parece dissolver-se”. In LACOSTE, Y. 1974. op. cit. p. 241.

Por outro lado, para a realização de um trabalho interdisciplinar não devemos nos intimidar com o policiamento intensivo que alguns “teóricos” exercem nas fronteiras das áreas do conhecimento. Essa postura em nada contribui para o processo de construção do conhecimento. Quando nos preparamos para iniciar a elaboração de nosso projeto de pesquisa não devemos impor barreiras, ao contrário, é preciso ousar e ultrapassar as barreiras. É fundamental ler trabalhos de outras áreas do conhecimento que possam contribuir para a construção de nossas idéias, especialmente Filosofia, Sociologia, História e Literatura.

Procuramos desenvolver nesse trabalho algumas reflexões sobre uma questão de interesse de pesquisadores e estudantes de Geografia. Esse texto é o começo de um trabalho. Portanto, essa reflexão não se encerra nesse texto. As idéias aqui contidas deverão ser debatidas com colegas geógrafos e colegas de ciências afins. Esse é um processo interessante e para descrevê-lo escolhi uma estrofe de um famoso poema que nos ensina o sentido da ousadia, da pesquisa como um processo de descoberta, que é antes de mais nada:

*Belo porque tem de novo a surpresa e a alegria.
Belo como a coisa nova na prateleira até então vazia.
Como qualquer coisa nova inaugurando o seu dia.
Ou como o caderno novo quando a gente o principia*⁷⁸.

⁷⁸ MELO NETO, João Cabral de . Morte e Vida Severina. In *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979. p. 240.

